



## **LEI Nº 812/2012**

**Dispõe sobre a criação do Adicional de Insalubridade e ou Periculosidade – AIP aos Servidores Efetivos da Secretaria de Saúde do Município de Parnamirim-PE, e dá outras providências.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM-PE**, no uso de suas atribuições Legais, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica criado o Adicional de Insalubridade e ou Periculosidade – AIP, o qual será concedido aos servidores públicos municipais efetivos, que tenham exercício no âmbito da Secretaria de Saúde na forma e condições definidas nesta lei.

**Art. 2º** - Atividades e operações insalubres são aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os servidores da secretaria a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza de intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos, conforme legislação Federal.

**Art. 3º** - Atividades e operações perigosas são aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalhos, exponham os servidores a risco de vida, em virtude de exposição a radiações ionizantes, inflamáveis, explosivos e energia elétrica, conforme legislação Federal.

**Art. 4º** - O adicional de insalubridade será concedido aos servidores efetivos da Secretaria Municipal de Saúde que, no exercício de suas funções ou atividades, de forma habitual e permanente, estiverem comprovadamente expostos às condições previstas no Art.2º desta lei, bem assim quando enquadrados nas funções descritas no art. 6º.

**Art. 5º** - O exercício de trabalhos em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo órgão competente, assegura ao servidor da saúde, a percepção de adicional, segundo os graus e percentuais:

- I – Grau Máximo – 25% (vinte e cinco por cento);**
- II – Grau Médio – 20% (vinte por cento);**
- III – Grau Mínimo – 10% (dez por cento);**



*Trabalhando para todos*

**Parágrafo único** – O valor do adicional de insalubridade será calculado sobre o respectivo vencimento base do servidor, com aplicação dos percentuais correspondentes aos respectivos graus, conforme definido neste artigo e no laudo pericial.

**Art. 6º** - São consideradas insalubres, para efeitos de percepção do adicional previsto no art. 2º, as atividades abaixo relacionadas, classificadas conforme grau:

### **INSALUBRIDADE EM GRAU MÁXIMO**

#### **1 – RADIAÇÕES IONIZANTES**

a- Trabalhos com Raio X.

1.1 – Trabalhos ou operações em contato permanente com:

a – trabalhos em galerias e tanques de esgoto.

b – trabalhos de coleta de lixo hospitalar.

c – trabalhos e operações em contato permanente com carnes, glândulas, vísceras, ossos, sangue, pelos e dejeções de animais portadores de doenças infecto-contagiosas. (Decreto Federal 4.882, de 18 de novembro de 2003).

#### **2 – AGENTES QUÍMICOS**

a – trabalhos ou operações em contato permanente com óleos minerais.

### **II – INSALUBRIDADE EM GRAU MÉDIO**

#### **1 – RUÍDO CONTÍNUO OU INTENERANTE**

a – Atividade que exceder o limite máximo de exposição diária permissível que é de 85 dB(A) para 8.00 horas de trabalho (agente físico).

#### **2 – AGENTES QUÍMICOS**

a – Emprego de produtos parasitocidas, inseticidas, fungicidas e raticidas à base de arsênico;

b – Emprego de defensivos organoclorados;

c – Emprego de defensivos organofosforados;

d – Lavagem de peças, veículos com óleo a diesel, máquinas ou motores aplicado sob pressão;

e – tratamento de sementes, manuseio de vasilhame de veneno, inseminação;





f – Fabricação e manuseio de álcalis cáusticos ( atividade de limpeza domissanitária-contato com cloro, cal, cimento, soda, etc...).

### **3 – AGENTES BIOLÓGICOS**

3.1 – Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagante, em:

a – Hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatorios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao cuidado de saúde humana ( aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que transportem e manuseiem objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados e trabalhos de prevenção e controle de doenças transmissíveis).

b – Higienização de materiais, limpeza hospitalar.

c – Manuseio, transporte e distribuição de dejetos de animais.

d – Trabalho e operações em contato permanente com animais em abatedouros e frigoríficos.

### **III – INSALUBRIDADE DE GRAU MÍNIMO**

#### **1 – AGENTES QUÍMICOS**

a – Fabricação e transporte de cal e cimento nas fases de grande exposição a poeiras.

b – Trabalhos e carregamentos, descarregamentos ou remoção de enxofre ou sulfito em geral, em sacos ou a granel.

**Art. 7º** - São atividades e operações perigosas para efeito da percepção do adicional de periculosidade, as condições prevista na Legislação Federal e em conformidade com laudo técnico de condições ambientais e trabalho, as abaixo mencionadas:

#### **1 – TRABALHOS NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA.**

a – Atividades de construção e manutenção de redes de linhas aéreas de altas e baixas tensões integrantes de sistemas elétricos de potência, desenergizadas, mas, com possibilidade de energização, acidental ou por falha operacional;

b – Montagem, instalação, substituição, conservação, reparos, cruzetas, reles, braços de iluminação, chaves, pára-raios, mufas, condutores, fusíveis, transformadores, reguladores de tensão, manobras de subestações e equipamentos hospitalares e ambulatoriais.

## **2 – ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM INFLAMÁVEIS.**

a – As operações de transporte e armazenamento de inflamáveis líquidos ou gasosos liquefeitos, em quaisquer vasilhames e a granel acima de 200 litros para os inflamáveis líquidos e 135 kg para os inflamáveis gasosos liquefeitos.

b - Na operação em postos de serviços e bombas de abastecimentos de inflamáveis líquidos.

**Art. 8º** - O exercício de atividades em condições perigosas garantirá ao servidor efetivo o recebimento de um adicional correspondente a 20% sobre seu vencimento básico.

**Art. 9º** - A inclusão de outras atividades como insalubres ou perigosas, além das prevista nesta lei, dependerá de laudo técnico de condições ambientais e trabalho laudo pericial emitido por Médico ou Engenheiro de Trabalho.

**Art. 10.** - Cessará o pagamento do adicional de insalubridade e ou periculosidade quando:

I – A insalubridade ou periculosidade foi eliminada ou neutralizada pela utilização de equipamento de proteção individual ou adoção de medidas que conservem o ambiente dentro dos limites toleráveis e seguros;

II – O servidor deixar de trabalhar em atividades insalubres ou perigosas;

III – O servidor negar-se a usar equipamento de proteção individual;

IV – Com a transferência do servidor para outro local de trabalho não considerado insalubre ou perigoso;

V – Quando detectado pela fiscalização da Unidade Administrativa, competente, a não realização pelo servidor de atividades insalubres ou perigosas;

§ 1º - A eliminação ou neutralização da insalubridade e periculosidade nos termos do inciso I deste artigo será baseada em laudo de perito.

§ 2º - A perda do adicional nos termos do inciso III deste artigo, não impede a aplicação da pena disciplinar cabível nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

**Art.11.** Os adicionais de insalubridade e periculosidade ou risco de vida serão concedidos somente após laudo pericial de inspeção do local de trabalho e das atividades desempenhadas pelo servidor efetivo emitido por um médico especializado em medicina e segurança do trabalho, do quadro da Prefeitura ou nomeado para tanto, que recomendará o seu deferimento ou indeferimento e dependerá de requerimento do Servidor da Saúde.





*Trabalhando para todos*

§ 1º. A concessão do adicional de insalubridade e periculosidade ou risco de vida será autorizada por ato assinado conjuntamente pelo Chefe do Executivo e o Secretário de Saúde Municipal.

§ 2º. Os efeitos financeiros da concessão do adicional de Insalubridade ou periculosidade serão retroativos à data de protocolização do requerimento.

**Art. 12.** O direito do servidor ao adicional de insalubridade ou ao adicional de periculosidade ou risco de vida será suspenso quando houver afastamento das atividades insalubres ou perigosas por período superior a 30 (trinta) dias.

**Art. 13.** É vedada a percepção cumulativa dos adicionais de insalubridade e periculosidade ou risco de vida, fazendo jus o servidor perceber aquele maior valor.

**Art. 14.** O exercício eventual e não permanente de atividades consideradas insalubres ou perigosas, não gera direito à percepção do adicional de insalubridade e periculosidade.

**Art. 15.** O adicional de insalubridade e o adicional de periculosidade ou risco de vida não serão computados para efeito de quaisquer outras vantagens, nem se incorporam ao vencimento ou salário do servidor, inclusive para fins previdenciários.

**Art. 16.** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo máximo de 180 ( cento e oitenta ) dias, a contar da data de sua publicação, especialmente estabelecendo medidas administrativas ou técnicas de proteção coletiva e individual, que conservem o ambiente de trabalho dentro dos padrões de segurança e higiene de trabalho, respeitando as exigências da Legislação Federal.

**Art. 17.** As despesas com a execução da presente lei, correrão à conta de dotação orçamentária própria do Fundo Municipal de Saúde no corrente exercício financeiro, que será suplementada se necessário.

**Art. 18.** O vencimento básico dos cargos efetivos de Agente Comunitário de Saúde passa a ser fixado em R\$ 871,00 ( oitocentos e setenta e um reais).

**Parágrafo único** – O reajuste do vencimento básico do cargo de que trata este artigo somente será reajustado quando o Ministério da Saúde reajustar o valor da verba indenizatória dos Agentes Comunitários de Saúde.

**Art. 19.** O vencimento básico dos cargos de Agente de Endemias passa a ser fixado em R\$ 750,00 ( setecentos e cinquenta reais) mensal.

**Art. 20.** O vencimento básico dos cargos efetivos de Enfermeiro fica fixado em R\$ 1.500,00 ( hum mil e quinhentos reais ) mensal.



**Art. 21.** Os efeitos financeiros desta Lei passam a vigorar a partir de 01 de abril de 2012.

**Art. 22.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 23.** Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente as Leis Municipais 667/2006 e 693/2007.

**Gabinete do Prefeito de Parnamirim-PE, em 09 de Abril de 2012.**

**Ferdinando Lima de Carvalho**  
Prefeito